# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E DE 2015

(Em reais)

#### **NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma companhia aberta e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil que atua no mesmo segmento metal mecânico.

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

# NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são apresentadas em reais, foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e compreendem:

- 2.1 As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (" INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS IFRSS" OU "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS IASS"), EMITIDAS PELO " INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD IASB"
- 2.2 As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem a demonstração contábil da controlada mencionada na nota explicativa nº 11, tendo sido preparada de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre a empresa consolidada; (b) eliminação do investimento da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou custo de aquisição nas demonstrações separadas. A Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2016, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, estando aprovadas para divulgação.

## NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

#### 3.2 Transações e saldos em moeda estrangeira:

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

#### 3.3 – Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência, para clientes, de riscos, direitos e obrigações associadas aos produtos.

## 3.4 – Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### 3.5 - Estimativas para perdas em crédito:

O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

#### 3.6 - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

#### 3.7 – Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

#### 3.8- Investimentos e empresas controladas:

- a) Controladora: O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderá ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento. Os dividendos, quando recebidos de controlada são registrados como redução do valor do investimento.
- b) Consolidado: A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da controladora com empresa controlada. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contra partida ao patrimônio liquido da controladora.

#### 3.9 – Outros Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

#### 3.10 – Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos.

#### 3.11 - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.

#### 3.12 – Empréstimos e financiamentos:

Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

#### 3.13 – Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

#### 3.14 - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

#### 3.15 – Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

#### 3.16 - Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes não cabendo desta forma a realização de ajustes.

#### 3.17 - Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos; desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

#### 3.18 - Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para recuperação do valor residual do imobilizado e da realização do ativo diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para a sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

As estimativas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### NOTA 4 - PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que

apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

#### a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

## b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.

## c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

## d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

NOTA 5 – AJUSTES RETROSPECTIVOS A 2014

	Publicado	Retificação de erro	Ajustado
Efeito em 2014:			
Passivo não circulante:			
Programa de recuperação fiscal - REFIS	72.560.220	3.651671	76.211.891
Patrimônio liquido:			
Prejuízos acumulados	(103.380.645)	(3.651.671)	(107.032.316)
Efeito em 2013:			
Patrimônio liquido:	89.318.320	(3.651.671)	(92.969.991)

A Companhia identificou a necessidade de efetuar ajuste na conta "do Refis" relativos aos exercícios anteriores de 2013.

# NOTA 6 - NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros.
- IFRS 15 Receitas de contratos com clientes O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis, está norma tem

previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 11 Negócios em Conjunto A Companhia participante de um joint venture deve aplicar os princípios relevantes relacionados a cominação de negócio, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas, está norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.
- Alteração no IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização – Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo, está norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- Alteração IAS 27 Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – A revisão cria a possibilidade de adoção do método de equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas, está norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- Alteração IFRS 10, IFRS 12, IAS 28 Entidade de investimento Exceções a regra de consolidação – Dentre outros esclarecimentos, ficou estabelecido que a Companhia que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizado pelos seus investimentos, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- Alteração do IAS 1 Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- IFRS 7 Contratos de serviços Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atendem as definições descritas na norma, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.

A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

# NOTA7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

_	Controladora		Consoli	dado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e bancos:	108.923	56.183	108.929	60.511
Aplicações financeiras:				
CDB (a)	21.311.380	14.174.836	28.974.874	23.434.071
Contas de Poupança (b)	2.327	2.153	2.327	2.153
Total	21.422.630	14.233.172	29.086.130	23.496.735

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário CDI.
- (b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

#### **NOTA 8 - DUPLICATAS A RECEBER**

	Contro	Controladora		lidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Mercado interno Estimativa para perdas em crédito	4.457.718 (225.151)	4.460.526 (189.558)	6.258.316 (228.922)	5.856.272 (189.558)
Total	4.232.567	4.270.968	6.029.394	5.666.714
	Controladora		Consol	lidado
<del>-</del>	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Abertura por idade e vencimento:				
A vencer	3.470.720	3.931.757	5.040.215	5.156.708
Vencidos até 30 dias	341.623	108.324	486.297	182.945
Vencidos de 31 a 60 dias	33.019	41.469	72.061	59.209
Vencidos de 61 a 90 dias	11.163	31.963	18.573	42.565
Vencidos acima de 91 dias	601.193	347.013	641.170	414.845
Total _	4.457.718	4.460.526	6.258.316	5.856.272

## **NOTA 9 – ESTOQUES**

	Controladora		Consol	idado
	31.12.2015 31.12.2014		31.12.2015	31.12.2014
Produtos acabados	1.238.737	1.466.174	1.238.737	1.466.174
Produtos em elaboração	770.995	703.196	805.730	860.494
Matérias Primas	2.039.272	2.025.028	2.044.292	2.027.303
Materiais de Consumo	-	18.507	-	18.507
Adiantamentos a fornecedores	112.194	162.594	112.194	162.594
Importações em andamento	216.644	535.850	216.644	535.850
Total	4.377.842	4.911.349	4.417.597	5.070.922

A Companhia não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas principais matérias primas consistirem em "comodities" em estado primário e de alta liquidez.

## **NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Control	adora	Consolidado		
	31.12.2015 31.12.2014		31.12.2015	31.12.2014	
Impostos Estaduais – ICMS Impostos e contribuições Federais	140.878 170.206	111.860 352.970	140.878 171.665	111.860 353.856	
Total	311.084	464.830	312.543	465.716	

#### **NOTA 11 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria e Comércio S.A.		
	31.12.2015	31.12.2014	
Totais de ativos e Passivos	9.827.423	11.982.292	
Total de Receitas	13.747.060	16.056.937	
Lucro do Exercício	6.993.023	8.321.441	
Capital social	20.000	20.000	
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20	
Patrimônio líquido	3.520.511	11.746.504	
Percentual de participação	100%	100%	
Investimento	3.520.511	11.746.504	
Movimentação do investimento:			
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011	20.000	20.000	
Resultado acumulado (equivalência patrimonial – dividendos			
distribuídos/recebidos)	3.496.511	11.726.504	
Percentual de participação	100%	100%	
Investimento em 31 de dezembro	3.520.511	11.746.504	

## NOTA 12 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Transaç	Transações		
	Receita de venda de produtos	Receita de venda de produtos		
	31.12.2015	31.12.2014		
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	4.514.308	5.113.363		

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

#### **NOTA 13- OUTROS INVESTIMENTOS**

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A Companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

## **NOTA 14 – IMOBILIZADO**

#### Controladora

			31/12/2015		31/12/2014	Taxa de depreciação
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	1 3
Terrenos		1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	
Edifícios e construções		11.957.321	11.469.895	487.426	598.160	4%
Equipamentos		19.977.281	12.193.732	7.783.549	8.173.326	10%
Instalações		1.161.005	653.368	507.637	585.210	10%
Móveis e utensílios		723.813	580.271	143.542	173.431	10%
Equipamentos processamento de dados Ferramentas e utensílios	de	712.416	634.297	78.119	79.574	20%
Técnicos		2.718.666	2.581.538	137.128	129.557	20%
Veículos		186.355	153.796	32.559	51.011	20%
Imobilizações em curso		-	-	-	134.780	-
		38.594.245	28.266.897	10.327.348	11.082.437	

	1 1	1
Conso	11/1	വവ
COHSO	11114	auı

					Taxa de
		31/12/2015			depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	11.957.321	11.469.895	487.426	598.160	4%
Equipamentos	20.428.199	12.344.070	8.084.129	8.518.997	10%
Instalações	1.161.005	653.368	507.637	585.210	10%
Móveis e utensílios	725.030	580.535	144.495	174.506	10%
Equipamentos de					
processamento de dados	712.416	634.297	78.119	79.574	20%
Ferramentas e utensílios					
Técnicos	2.718.666	2.581.538	137.128	129.557	20%
Veículos	186.355	153.796	32.559	51.011	20%
Imobilizações em curso	-	-	-	134.780	-
	39.046.380	28.417.499	10.628.881	11.429.183	

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2015 31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	11.082.437	11.561.152	11.429.183	11.953.112
Adições	924.414	1.161.966	924.414	1.161.966
Baixas	(40.333)	(42.551)	(40.333)	(42.551)
Depreciação	(1.639.170)	(1.598.130)	(1.684.383)	(1.643.344)
Saldo no fim do exercício	10.327.348	11.082.437	10.628.881	11.429.183

A Companhia procedeu a sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Liquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Liquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.

#### NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado			
	31.12.2015	31.12.2014	- -	
Bancos Privados	21.056.394	21.043.345	a	
Banco do Brasil S/A	31.107.155	31.407.033	b	
	52.163.549	52.450.378		
Parcelas de curto prazo	(21.206.333)	(21.193.284)	-	
	30.957.216	31.257.094	=	

a) empréstimos contratados com Banco Comercial Bancesa, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa SA, acordo de liquidação de débitos, homologação judicial transitada em julgado no segundo trimestre de 2013, nos autos da execução nº 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e nº 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo, com reconhecimento do crédito total de R\$ 1.119 mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%, tendo sido a última parcela paga em dezembro de 2015. Assim, cumprido integralmente o acordo celebrado nos autos supra, aguarda pronunciamento da Massa Falida do credor declarando a quitação de eventuais débitos remanescentes . Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 05 de março de 2013.

b) Em 23 de novembro de 2011, a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S A entabularam transação nos autos da Execução nº. 1990.037.016790-3, pela qual o Banco credor admitiu receber à vista 90% do total das parcelas vincendas confessadas quando do acordo firmado em 25 de agosto de 2009, concedendo sobre estas o abatimento de 30%, sendo os 10% restantes vencíveis em parcelas mensais e consecutivas, cujo vencimento final será 21 de agosto de 2019, ficando ratificado o titulo e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009, mantidas as seguintes condições: 1<sup>a</sup>.) prorrogação da suspensão do referido processo até agosto de 2019, período em que serão realizadas amortizações com encargos de TR acrescida de 0,5% de juros ao mês, conforme cronograma físico financeiro anexado; 2<sup>a</sup>.) ao final, cumpridas as condições ora estabelecidas naqueles autos, o saldo devedor será reduzido em 78,20%, com quitação total e a extinção da execução. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 23 de novembro de 2011, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 149.939.

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

#### Controladora

		31.12.2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento	489.981	2.421.942	2.911.923	3.500.044
IR/PIS/COFINS/CSFonte	57.659	-	57.659	120.875
Outros	1.683	-	1.683	1.415
- -	549.323	2.421.942	2.971.265	3.622.334
_		Consolidado		
-		31.12.2015		31.12.2014
-	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento	489.981	2.421.942	2.911.923	3.508.698
IR/PIS/COFINS/CSFonte	219.732	-	219.732	256.151
Outros	1.683	-	1.683	1.415
- -	711.396	2.421.942	3.133.338	3.766.264

# NOTA 17 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

	Controladora
Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS	38.344.750
Ajuste por homologação do REFIS	-
Atualização pela TJLP até dezembro de 2014	43.271.326
Pagamentos efetuados até dezembro de 2014	(5.033.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	76.582.156
Atualização pela TJLP em 2015	2.284.217
Pagamentos efetuados em 2015	(316.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	78.550.168
Menos - Circulante	(316.205)
Não circulante	78.233.963

## NOTA 18 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

	Controladora e	Controladora e Consolidado		
	31.12.2015	31.12.2014		
Cível	694.121	612.661		
Total da provisão para contingências Depósitos judiciais	(694.121)	(497.063)		
Provisão para contingências, líquida		115.598		

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

	Controladora e	Controladora e Consolidado		
	31.12.2015	31.12.2014		
outária	-	107.160		
el	307.995	38.224		
	307.995	145.384		

# NOTA 19 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.146.460	4.980.786
Equivalência Patrimonial	(6.993.023)	(8.321.441)
Outras Adições/exclusões permanentes	131.202	131.830
/Lucro Real/Prejuízo Fiscal antes da compensação de	(3.715.361)	(3.208.825)
prejuízos fiscais		
(-) Prejuízo fiscal compensável	-	-
Lucro Real/Prejuízo Fiscal	(3.715.361)	(3.208.825)
Imposto de renda à alíquota de 15%	_	_
Imposto de Renda à alíquota de 10%	_	_
Contribuição social à alíquota de 9%	_	_
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	
	Consoli	dado
	31.12.2015	31.12.2014
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	520.368	568.027

Em 31 de dezembro 2015 e de 2014, a Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 200.211 mil , R\$ 192.780 mil em 2014. No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, conseqüentemente, do Patrimônio liquido Negativo, somados ainda à incerteza do atual quadro econômico, não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou Registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

#### **NOTA 20 - CAPITAL SOCIAL**

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos. O Capital Social está distribuído conforme segue:

	Qde.	Total das ações	%
Acionistas domiciliados no País - pessoas	591	3.870.359	32,52
físicas Acionistas domiciliados no País - pessoas jurídicas	19	8.029.641	67,48
Total	610	11.900.000	100,00

#### b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantido a proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata quer deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembléia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

# NOTA 21 – LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

-		2015			2014	
-	Ordinárias	Preferências	Total	Ordinárias	Preferências	Total
Quantidade de ações em circulação no início do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000
Quantidade de ações em circulação no final do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000

	Controladora		
	31.12.2015	31.12.2013	
Lucro liquido no final do exercício	3.146.460	4.980.786	
Media ponderada das quantidades de ações em circulação	11.900.000	11.900.000	
Lucro por ação básico	0,264408	0,418553	

## NOTA 22 - RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 possuem a seguinte composição:

	Controla d	lora	Consolidado		
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	
Receita bruta de Vendas	26.474.214	31.813.726	35.705.980	43.512.408	
<ul><li>(-)Impostos incidentes s/vendas</li><li>(-)Abatimentos e Devoluções</li></ul>	(4.855.049) (430.279)	(5.949.864) (641.764)	(5.485.173) (581.179)	(6.751.321) (854.564)	
Receita Liquida de Vendas	21.188.886	25.222.098	29.639.628	35.906.523	

# NOTA 23 – INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Contro	ladora	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Despesas e custos por função				
Custo dos produtos vendidos	18.543.564	20.402.602	19.360.648	21.175.815
Despesas operacionais	6.403.530	7.606.839	7.421.155	9.020.312
	24.947.094	28.009.441	26.781.803	30.196.127
Despesas e custos por natureza				
Custo de mercadorias	9.481.348	11.515.293	9.787.636	11.696.599
Despesas com pessoal e encargos	7.674.514	7.750.247	8.134.968	8.293.605
Despesas de alugueis e correlatos	3.015	-	53.449	48.727
Despesas de serviços e utilidades				
públicas	826.604	734.545	844.878	754.747
Despesas de depreciação e				
amortização	1.639.170	1.598.130	1.684.383	1.643.334
Provisão (reversão) PCLD e				
contingências	117.052	568.480	120.823	568.480
Outras despesas	5.205.391	5.842.746	6.155.666	7.190.635
	24.947.094	28.009.441	26.781.803	30.196.127

# NOTA 24 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO/AGE realizada em 30 de abril de 2015, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R\$ 64 mil, acrescida quando aplicável, dos

encargos sociais e trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2015, mantido assim, o mesmo limite aprovado para o exercício de 2014 e que estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

**NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO** 

	Contro	oladora	Consolid	ado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Despesas financeiras: Juros sobre				
empréstimos	(486.565)	(862.503)	(486.565)	(862.503)
Despesas bancárias	(24.058)	(43.002)	(27.231)	(45.762)
Juros, parcelas fiscais				
LP e s/tributos	(2.372.567)	(1.969.713)	(2.372.567)	(1.969.713)
Outras	(886)	(473)	(2.203)	(808)
_	(2.884.076)	(2.875.691)	(2.888.566)	(2.878.786)
Receitas financeiras: Aplicações financeiras	1.853.801	1.351.391	2,725,657	1.725.263
Descontos obtidos	9.301	5.665	12.750	5.895
Juros ativos	118.941	117.410	144.613	136.985
	1.982.043	1.474.466	2.883.020	1.868.143
Variação cambial: Variação cambial	114.124	69.030	114.124	69.030
ativa Variação cambial passiva	(8.452)	(26.196)	(8.452)	(26.196)
	105.672	42.834	105.672	42.834

#### **NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS**

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são assim demonstradas:

	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidade civil	1.486.000	1.390.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	15.900.000	13.250.000
Veículos	88.050	92.011
	17.474.050	14.732.011

## **NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuaram nenhuma transação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, envolvendo instrumentos

financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

#### a) Risco de crédito:

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) - e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

#### b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-base outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

## c) Concentração de risco:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por mais de 4.050 clientes, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

#### d) Taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.